

Ata da Reunião da Assembleia Geral do Comitê Brasileiro de História da Arte (CBHA), realizada na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e treze, estando reunidos na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, no auditório da Fundação Casa Rui Barbosa, os membros da Diretoria do CBHA Maria de Fátima Morethy Couto (presidente), Ana Maria Tavares Cavalcanti (vice-presidente), Marize Malta (tesoureira), Emerson Dionisio Gomes de Oliveira (secretário) e mais a presença dos membros associados, Almerinda da Silva Lopes, Ana Gonçalves Magalhães, Ana Paula Nascimento, Ana Maria Albani de Carvalho, Ângela Azevedo Âncora da Luz, Angela Brandão, Bianca Knaak, Carlos Gonçalves Terra, Claudia Valladão de Matos, Cybele Vidal Fernandes, Dária Jaremtchuk, Elaine Cristina Dias, Eliza de Souza Martinez, Luiz Alberto Ribeiro Freire, Maraliz Christo, Marco Pasqualini, Maria do Carmo de Freitas Veneroso, Maria Elizia Borges, Maria Inez Turazzi, Maria Lúcia Bastos Kern, Maria Luisa Luz Tavora, Marília Andrés Ribeiro, Mirian Seraphim, Paula Viviane Ramos, Paulo Knauss, Paulo Pereira da Silveira, Renato Palumbo Dória, Roberto Conduru, Rosana de Freitas, Sandra Makowiecky, Sheila Cabo Geraldo e Sonia Gomes Pereira, deu-se início à reunião da Assembleia Geral do Comitê Brasileiro de História da Arte. Aprovação da Pauta da reunião em votação unânime. I. Informes. II. Legalização e/ou alteração do estatuto do CBHA, consultores presentes. II. Candidaturas de novos membros. III. Desligamento de membros do Comitê. IV. Congresso 2020. V. Projeto de lei 4699-2012. VI. Colóquio de 2015. VII. Eleição da nova diretoria. Antes de iniciar a presidente destaca a presença do Prof. Ulrich Grossman, presidente do CIHA. I. O primeiro ponto de pauta inicia-se quando a presidente do Comitê chama os advogados Guilherme Lemos Gomes, Carlos Diniz e Karen Moniz de Aragão Dáquer para esclarecer os membros do CBHA sobre as demandas para a transformação do comitê em pessoa jurídica. Guilherme Lemos Sant'Anna Gomes indica que o primeiro problema que o comitê não é a formação de uma associação. Ele apresenta aos membros do CBHA como funciona uma associação. O advogado indica que associação é um modelo mais vantajoso que o modelo informal de rede do que existe atualmente. Segundo, Campos a questão dos custos não seria um problema. As vantagens estão ligadas ao acesso aos benefícios do que a formalização legal: acesso a recursos públicos e processos. Escala de vantagens: a perenidade da Associação; Carlos Diniz interpela os membros, dizendo que os recursos captados são associados a pessoas físicas, o que coloca essa pessoa física diante das agências de controle fiscal; com a formalização a legislação exige que o Comitê contrate um gestor para administrar os recursos públicos. Sonia Gomes Pereira questiona se há alternativa além da Associação e se o modelo de rede informal está ilegal. Guilherme Gomes indica que há outra alternativa: a fundação, que exige outras questões legais, além de ser mais cara; já Sociedades só geram atividade econômica. Segundo o advogado, a organização em rede não significa necessariamente ilegalidade. Bianca Knaak questiona se formalização implica na mudança do nome de comitê para associação. Guilherme Gomes responde que não, é possível manter o nome. Ele esclarece, ainda, que se pode criar uma Associação sem alterar os dados "históricos" do Comitê. A presidente do CBHA questiona quais seriam as desvantagens da mudança. Carlos Diniz explicita a primeira: é necessário ter uma sede jurídica fixa e não é possível fazer a itinerância sem custos. Maria Luisa Távora diz que a sede pode ser apenas um "escaninho". Segundo o advogado a sede pode ser até um lugar fixo. Se o domicílio for itinerante, os custos serão trienais. Com a formalização, segundo Diniz é preciso haver um contador, o que gera a preservação da história financeira da instituição, ou seja, há uma burocracia que precisa ser cumprida. Maria Inês Turazzi aponta que é preciso pensar outros formatos de formação de rede para garantir a memória da instituição. Carlos Diniz lembra que uma associação sem fins lucrativos não implica que uma ação jurídica incida sobre os membros associados, à exceção de diretores que cometam ilícito. Segundo Diniz, para a natureza jurídica atual não há Comitê, e isso pode gerar problemas jurídicos diretos aos membros gestores. A presidente do CBHA questiona os advogados, se não há uma instituição jurídica formal os estatutos atuais seriam válidos. Diniz responde que os documentos na perspectiva jurídica atual não

forçam nada e ninguém a deveres ou direitos, sendo apenas um acordo informal entre pares. Diniz ressalta as ações práticas: sede fixa; refundar em cartório, contratar um contador na sede, cujos custos giram em torno de mil e mil e quinhentos reais por mês, no caso do Rio de Janeiro, possíveis custos trabalhistas, no caso da contratação de uma pessoa. Guilherme Gomes lembra ainda que quanto mais simples for a sede menor o custo; burocracia custa dependendo do tamanho dos estatutos; custo de assessoria está na ordem de mil e quinhentos a dois mil reais estimados; mais os honorários dos advogados para formação e acompanhamento do processo, inclusive junto ao contador. A presidente agradece aos advogados e solicita a retirada dos mesmos para que os membros possam debater o assunto. Dando continuidade ao debate, a presidente lembra que sem a formalização a CAPES concedeu ao CBHA no ano de dois mil e treze, sessenta mil reais para a realização Colóquio, que para as agências de fomento o Comitê é uma realidade. Luiz Freire coloca que todo o apoio de fomento vai para uma pessoa física; que o custo da contabilidade de uma associação é alto. Freire cita o exemplo da ANPAP e sua mensalidade. Freire ressalta que o registro formal não protege nossa marca; propõe um registro da marca. Para Freire a formalidade só é vantajosa se o CBHA tiver no futuro uma proposta de captação junto ao governo Federal. Sheila Cabo Geraldo lembra que no caso da ANPAP, a formalização e o registro custaram menos de mil reais, que a manutenção daquela associação é mantida por um salário mínimo e administrada um escritório de contabilidade na cidade do Rio de Janeiro. Geraldo lembra que a questão de mudança de sede gera uma série de problemas e custos adicionais, pois a nova lei indica que a sede própria precisa existir e que o estatuto não pode indicar uma sede itinerante. Para ela o custo global não é alto, mas pode-se, por exemplo, contratar pessoas temporariamente. Para Sonia Gomes Pereira preocupa a formalização, pois quem responde a ações trabalhistas, por exemplo, é a presidente do Comitê. Carlos Terra lembra do registro da marca da EBA, como exemplo, para o registro da marca do CBHA. Maria Luisa Távora repõe a história do processo que tenta formalizar o Comitê. Segundo ela a legalização do CBHA esbarra numa série de problemas. Távora lembra das atas não assinadas para a manutenção legal, que cria problemas para uma refundação por conta dos vícios na documentação. Angela Luz dá o exemplo da Associação Brasileira de Críticos de Arte, ABCA, cuja sede está fixada em São Paulo, que seu corpo diretor varia, localizado em todo Brasil. Luz lembra que a ABCA possui uma secretaria contratada e funciona muito bem. Ela lembra que na realização de seminários, o presidente da associação precisou abrir um conta pessoal de qualquer modo, pois as agências de fomento não trabalham com pessoas jurídicas. Para ela poderíamos inverter a questão ao criar uma sede, consolidando o registro autoral e depois pensar na formação de uma associação. Sandra Makowiecky comenta que é muito complicado para o tesoureiro, na atual formatação do Comitê, prestar de contas e sugere refundação com uma sede fixa. Sonia Gomes Pereira indica como sede São Paulo. Bianca Knaak lembra que docentes dentro do regime de dedicação exclusiva são proibidos de ter um CNPJ e que, em tese, isso impede a qualquer um de ser o presidente do CBHA. A presidente coloca em votação se os membros do Comitê querem dar continuidade a formalização e, desta forma, criação de uma Associação. Favoráveis: vinte e seis. Contra: três. Abstenção: oito. II. A presidente inicia os debates do segundo ponto de pauta: candidaturas de novos membros. O Secretário apresenta as candidaturas do Prof. Dr. Luiz Edegar de Oliveira Costa, com pareceres favoráveis de Almerinda Lopes e Roberto Conduru. Os pareceres foram votados e aceitos por unanimidade. A segunda candidatura apresentada foi da Profa. Dra. Camila Carneiro Dazzi, com parecer favorável de Maria Lúcia Kern e concordância do Conselho Deliberativo, como segundo parecer. Os pareceres foram aceitos por unanimidade. A terceira candidatura apresentada foi da Prof. Dra. Maria Cristina Volpi, com pareceres negativos de Almerinda Lopes e Luiz Freire. Explicitados os motivos dos pareceres, a votação conduzida apontou trinta e três favoráveis aos pareceres negativos e três abstenções dos membros presentes. A quarta candidatura apresentada foi da Profa. Dra. Valéria Picolli, com pareceres favoráveis de Roberto Conduru e Sonia Gomes Pereira. Os pareceres foram votados e aceitos por

unanimidade. Sendo assim, toram-se membros do CBHA os colegas: Prof. Dr. Luiz Edegar de Oliveira Costa, Profa. Dra. Camila Carneiro Dazzi e Profa. Dra. Valéria Picolli. A presidente lembra que há uma questão em aberto no caso do aceite de novas candidaturas. Ela indaga se os candidatos podem utilizar a apresentação de pôsteres, como certificado de participação em colóquios. Após os debates sobre o assunto, a presidente coloca em votação a questão. A proposta votada: que os pôsteres não contarão como certificação de participação em colóquios, que apenas as comunicações orais serão validadas para novas candidaturas apresentadas a partir de dois mil e quinze. Favoráveis: vinte e sete. Um contrário e uma abstenção, computados os membros presentes. O secretário ressalta que no momento desta votação não se encontram mais todos os membros presentes no início da Assembleia. III. A presidente segue com os debates do segundo ponto de pauta: desligamento de membros do CBHA. Marize Malta indica a necessidade que os membros do Comitê se posicionem, via votação, sobre os critérios de desligamento de membros CBHA, referendando o atual Estatuto. Malta apresenta que a dúvida na questão pois um membro pode ser desligado quando não participa de três colóquios consecutivos ou quando não realiza o pagamento. Mariam Serafim apresenta a proposta de que o desligamento deve ser conduzido quando as duas situações ocorrem: três eventos ausentes mais três anos sem pagamento de anuidade, o que caracteriza o abandono do Comitê. Renato Palumbo pergunta se não é possível consultar os membros que estão nesta situação, antes do desligamento. Malta lembra que os membros são lembrados anualmente de suas pendências. A proposta de Serafim é colocada em votação. Dos membros presentes, vinte três a favor. Dois contrários. Quatro abstenções. Sendo assim a proposta é aprovada pela maioria. Dando continuidade, Malta solicita a aprovação do desligamento de Márcia Cristina Bonnet-Benjamin que, pelos motivos apontados acima, não cumpre as obrigações do estatuto, não efetuando o pagamento por mais três anos e não participando dos colóquios por mais de três anos consecutivos. Os membros presentes aprovam o desligamento de Bonnet-Benjamin por unanimidade. Neste momento, Sandra Makowiecky lembra o recente falecimento de Ana Barros. III. A presidente segue com os debates do segundo ponto de pauta: desligamento de membros do CBHA. IV. Segue-se para o quarto ponto de pauta. O Congresso do CIHA no Brasil em dois mil e vinte. A presidente chama para apresentar o congresso Ulrich Grossman, presidente do CIHA. Grossman agradece a oportunidade e nosso interesse por sediar um Colóquio do CIHA em dois mil e quinze e a possível candidatura do Brasil para sediar um Congresso em dois mil e vinte. Ele expõe que o trigésimo quarto Congresso Internacional do CIHA será realizado em Pequim, em dois mil e dezesseis. Organizado em vinte e cinco sessões com pesquisadores do mundo todo. Para dois mil e vinte, Grossman afirma que é preciso concretizar a candidatura com uma ideia sobre tema já próximo ano. Tal tema seria debatido pelo CIHA. Ele explicita que oficialmente só existe a candidatura da Itália, atualmente. Mas há uma questão diplomática difícil dentro do comitê italiano. O evento ocorreria em Florença. Grossman lembre que a candidatura precisa de um tema abrangente discuta sobre a história da arte moderna, contemporânea, sobre monumentos, sobre Museus. Que evidencie o número de participantes e modelos de funcionamento. Grossman lembre que haverá uma reunião no Colóquio de Marselha, no próximo ano, que debaterá os eventos dos próximos anos, entre eles o Congresso de dois mil e vinte e que se o Brasil pretende apresentar uma ideia e uma agenda, deverá fazê-lo até essa data. Ele acredita que o Brasil possa oferecer um tema mais ousado para o evento. Agradece e despede-se dos membros do CBHA. Roberto Conduru salienta que há um problema com o Comitê italiano e que as chances do Brasil aumentam desta forma. A presidente pergunta sobre o Colóquio de dois mil e quinze para Conduru, lembrando que haverá uma reunião em Paris para decidir o tema. V. O próximo ponto de pauta é o Projeto de Lei 4699-2012. A presidente lembra que as medidas para barrar o PL 4699/2012 foram amplamente divulgadas pela diretoria do CBHA. A presidente agradece a Sheila Cabo Geraldo, que foi a primeira a alertar a diretoria do CBHA sobre a carta da ANPUH. A presidente apresentou o problema sobre o PL. As últimas reuniões em Brasília e São Paulo, junto as demais sociedades interessadas no assunto: SBPC; SBHE; SBHC e

SBHMat. O secretário acrescentou quais as providências tomadas, enfatizando o esforço para que o PL seja alterado, conforme proposta da Sociedade Brasileira da História da Educação. Maria de Fátima Couto relembra que tal proposta foi debatida no último encontro entre o CBHA e as demais sociedades em São Paulo, no dia três de setembro. A presidente aproveitou para ler a última proposta da Anpuh sobre a regulamentação da profissão de historiador. Paulo Knauss comenta da necessidade de buscar uma redação conciliatória junto a um consultor parlamentar. Sonia Gomes Pereira lembra que os cursos de história da arte continuam não contemplados na proposta da Anpuh. Maria Elizia Borges pede que o texto do PL não fira a independência da história arte, conquistada a muito custo no Brasil. Sonia acredita que os próximos passos podem ser acompanhados pelo Conselho Deliberativo, capaz de orientar a nova Diretoria sobre o assunto. O secretário afirma que a questão precisa ser seguida de perto pela nova Diretoria, para o CBHA não seja surpreendido pelo andamento no Congresso Nacional. Maria Lúcia Kern comenta que o CBHA precisa agir com cautela sobre a questão, pois a maioria das bolsas para artes no CNPq são dedicadas para a área de história da arte. VI. Neste momento, a presidente inicia o debate sobre o próximo ponto de pauta: Colóquio de dois mil e quinze. A presidente lembra que em dois mil e quatorze foi formada uma comissão para debater o assunto, formada por ela, Ana Albani Carvalho, Emerson Dionisio Oliveira, Roberto Conduru, Maria Angélica Melendi e Claudia Valladão. Valladão passa a relatar que já existe uma comissão organizadora do evento presidida por ela e formada pelos membros Roberto Conduru, Maria Berbara, Jens Baumgarten e Ana Magalhães, além de Peter Schneemann e Thierry Dufrene. Lembra que ela e a presidente irão a reunião do *bureau* do CIHA para definir temas, sessões e dimensões do Colóquio de dois mil e quinze. Roberto Conduru avisa que os colóquios do CIHA têm dimensões variadas e que essa é uma questão a ser debatida. Claudia Valladão expõe que o colóquio no Brasil terá que adaptar ao modelo do CIHA, ou seja, o evento será aberto. A Comissão está trabalhando no tema, que provisoriamente é *Animae: spaces, agents, objects and practices of animation in Art History*. Roberto Conduru aponta o mês de agosto como ideal para o evento em dois mil e quinze. Valladão lembra que no último ano foi votada a realização do colóquio. A comissão defende que as sessões sejam lideradas entre um pesquisador brasileiro e outro estrangeiro; na próxima reunião em Paris deve-se discutir o local. Valladão aponta que há predileção pela realização do colóquio no Rio de Janeiro. A presidente do CBHA pergunta se já há uma proposta do número de sessões. Conduru responde que ainda não está decidido o número de sessões. Maria de Fátima lembra que o colóquio em Naruto, no Japão, era pequeno e que os colóquios da África do Sul e Marselha não são maiores que os colóquios abertos do CBHA. Rosana de Freitas lembra que o modelo que precisa discutido é o do Congresso de dois mil e vinte. Após as considerações, a presidente chama o último ponto de pauta. VII. Eleição da Diretoria do CBHA (dois mil e treze - dois mil e dezesseis). A presidente inicia informando aos membros do Comitê que não houve chapas inscritas. Claudia Valladão apresenta sua candidatura para presidência do CBHA, acompanhada de Roberto Conduru como vice-presidente e Jens Baumgarten como secretário. Valladão informa que a chapa não possui um integrante para ocupar a tesouraria e propõe que um grupo diferente assumo o compromisso de organização do próximo Colóquio do CBHA, em dois mil e quatorze. Ana Cavacanti defende a diretoria pode ser distinta da comissão de organização do evento. Maria de Fátima lembra que a organização dos eventos poderá provavelmente contar com os recursos das agências de fomento, visto que os últimos colóquios foram contemplados. Valladão defende que o colóquio de dois mil e quatorze pode ser fechado. Elisa Martinez opõe-se a alterar a alternância entre eventos aberto e fechados, visto que com o PL o momento político exige a realização de eventos que tragam visibilidade aos historiadores da arte. Vera Siqueira adverte que os cronogramas dos colóquios de dois mil e quatorze e dois mil e quinze serão simultâneos e que é preciso uma comissão distinta para o colóquio de dois mil e quatorze. Maria Elizia lembra que é necessário retomar a escolha de um tesoureiro para o Comitê. Mirian Seraphim aceita ocupar a tesouraria do CBHA. Valladão apresenta os nomes para compor o Conselho

Deliberativo. Ana Maria Belluzzo, Emerson Dionisio Gomes de Oliveira, Luiz Alberto Ribeiro Freire, Maria de Fátima Couto, Maria Lúcia Bastos Kern e Paulo Knauss. Maria Elizia propõe que próximo colóquio ocorra em Uberlândia. Renato Palumbo aceita e propõe uma comissão de organização formada por ele, Marco Pasqualini, Luciene Lehmkuhl, Maria Elizia e a própria futura presidente. A presidente coloca em votação a aprovação da nova diretoria formada Claudia Valladão (presidente) Roberto Conduru (vice-presidente), Jens Baumgarten (secretário) e Miriam Seraphim (tesoureira). Aprovada pela unanimidade dos membros presentes. A presidente coloca em votação a realização do próximo Colóquio em Uberlândia, e por consequência, a aprovação da comissão de organização supramencionada. Comissão e local aprovados pela unanimidade dos membros presentes. Como último ponto de pauta, a presidente lembra que o Congresso de dois mil e vinte precisa ser aprovado pelo Comitê. Colocado em votação a candidatura do Brasil para a realização do Congresso em dois mil e vinte. Dos membros presentes vinte e um votaram a favor da candidatura, um contrário e uma abstenção. Não havendo mais nada a tratar a presidente encerra a Assembleia Ordinária do Comitê Brasileiro de História da Arte. Eu, Emerson Dionisio Gomes de Oliveira, lavrado Ata que, após lida e aprovada será assinada pelos membros da Diretoria do Comitê Brasileiro de História da Arte.